



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.154, DE 2021

(Do Sr. Delegado Waldir)

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer a possibilidade do delegado de polícia ou membro do Ministério Público requisitar diretamente ao estabelecimento bancário o bloqueio dos valores que sejam produto ou proveito de crime.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-8045/2010.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2021
(Do Deputado Federal Delegado Waldir – PSL/GO)

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer a possibilidade do delegado de polícia ou membro do Ministério Público requisitar diretamente ao estabelecimento bancário o bloqueio dos valores que sejam produto ou proveito de crime.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º-A No caso de infração penal em que o produto ou proveito do crime seja direcionado a uma conta bancária, o delegado de polícia ou o membro do Ministério Público poderá, após o registro formal do fato criminoso, requisitar diretamente ao estabelecimento bancário o bloqueio dos valores correspondentes.

§ 1º A requisição será atendida imediatamente e conterà:

I - o nome da autoridade requisitante;

II - o número do registro do fato criminoso; e

III - a identificação da unidade responsável pela investigação.

§ 2º O delegado de polícia ou o membro do Ministério Público deverá comunicar imediatamente à requisição ao juiz competente e requerer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a conversão judicial da referida medida em sequestro ou busca e apreensão, sob pena de desbloqueio automático dos respectivos valores.

§ 3º As instituições bancárias procederão ao referido bloqueio, imediatamente, comunicando à autoridade



requisitante a sua implementação e o resultado alcançado pela medida.

§ 4º Na hipótese prevista neste artigo, o inquérito policial deverá ser instaurado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do registro da respectiva ocorrência policial” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta legislativa foi fruto de gestão do Delegado de Polícia do Estado de Goiás, Dr. Adriano Sousa Costa. Trata-se de proposta legislativa que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para estabelecer a possibilidade de delegado de polícia ou do membro do Ministério Público requisitar diretamente ao estabelecimento bancário o bloqueio dos valores que sejam produto ou proveito de crime.¹

Com o implemento de outras formas de movimentações bancárias, ao exemplo do PIX², houve um sensível aumento do número de golpes praticados pela internet, fazendo-se útil e necessário robustecer as medidas de acautelamento das polícias investigativas.

No caso, a possibilidade de delegado de polícia ou do membro do Ministério Público requisitar ao estabelecimento bancário o bloqueio de valores que sejam produto ou proveito de crime se trata de

¹ A presente proposta legislativa foi fruto de conversas com o Delegado de Polícia do Estado de Goiás, Dr. Adriano Sousa Costa (Delegado de Polícia de Classe Especial, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás – UFG e Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília - UnB).

² Pix é o pagamento instantâneo brasileiro. O meio de pagamento criado pelo Banco Central (BC) em que os recursos são transferidos entre contas em poucos segundos, a qualquer hora ou dia. É prático, rápido e seguro. O Pix pode ser realizado a partir de uma conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga. **FONTE:**

<https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/pix>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Waldir

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217959112700>



uma medida de bloqueio pré-cautelar, que visa preservar o resultado útil de medidas cautelares judiciais, como é o caso do sequestro de bens e valores e a busca e apreensão.

Cumprе destacar que já existem semelhantes medidas precautelares impostas pelo delegado de polícia, a exemplo do registro de furto ou roubo de veículos (parceria entre as polícias judiciárias e os DETRANs), bem como em face de celulares subtraídos (parceria das polícias judiciárias e da Anatel).

Além disso, a medida em comento não tem por escopo somente o refreamento de golpes, por mais que sejam inegavelmente adequadas para tanto. Fato é que tal bloqueio administrativo também pode ser empregado para outros crimes, que não possuem vítimas determinadas, a exemplo da lavagem de capitais e o próprio tráfico de drogas.

É importante ainda mencionar que não há qualquer tipo de invasão do sigilo bancário do suspeito, porquanto, na prática, só há o congelamento temporário das movimentações bancárias que poderiam ser realizadas naquela conta, evitando o seu esvaziamento criminoso.

Por fim, a presente proposição legislativa também não fere o princípio da reserva de jurisdição, porquanto se mantém a decisão definitiva sobre a medida nas mãos do magistrado competente.

Por essa razão, considerando a necessidade de aprimoramento da legislação processual penal atualmente em vigor, solicito o apoio dos nobres colegas para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado Federal Delegado Waldir



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Waldir
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217959112700>



PSL/GO

Apresentação: 24/11/2021 13:01 - Mesa

PL n.4154/2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Waldir
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217959112700>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

LIVRO I
DO PROCESSO EM GERAL

.....
TÍTULO II
DO INQUÉRITO POLICIAL
.....

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; [*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 8.862, de 28/3/1994, retificada no DOU de 5/8/1994\)*](#)

II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais. [*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 8.862, de 28/3/1994, retificada no DOU de 5/8/1994\)*](#)

III - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV - ouvir o ofendido;

V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

VII - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;

VIII - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

IX - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter;

X - colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa. [*\(Inciso acrescido pela Lei nº 13.257, de 8/3/2016\)*](#)

Art. 7º Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO